

24/3

revista do centro de estudos humanísticos

série ciências da literatura

2010

diacrítica
dossier
literatura
comparada

LETRAS



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

Knapp e Michaels contra Fish: o que é uma crença?

Ricardo Namora*

Discutir-se-ão duas posições em relação ao processo de aquisição de crenças que, embora partam de um princípio análogo – o da impossibilidade de haver uma posição epistemológica fora do sistema de crenças –, chegam a soluções diferentes. Uma delas (a de Knapp e Michaels) defende que a Teoria da Literatura repousa em fracturas falaciosas e por isso é um projecto em falência; a outra (ou a leitura que dela fazem aqueles), de Fish, dissolve a indeterminação constitutiva da crença com um argumento histórico e proto-culturalista. Argumentar-se-á que esta discussão repousa numa série de equívocos, e que por isso nenhuma das soluções é inteiramente satisfatória.

Palavras-chave: crença; interpretação; epistemologia; hermenêutica; juízo; crítica; teoria da literatura; solipsismo; paroquialismo.

Em 1982, em persuasivo artigo publicado no número de Verão da revista *Critical Inquiry*, Stephen Knapp e Walter Benn Michaels decretam de modo enfático o fim da teoria. O artigo em causa, “Against Theory”, é desse ponto de vista um libelo contra todo o empreendimento teórico levado a cabo nos estudos literários, e faz basear o seu argumento numa imputação estipulativa de aspectos particulares ao aparato que enforma a chamada “alta teoria”. Tributária da filosofia, esta é descrita por Knapp e Michaels de forma precisa, quando se afirma, logo nas primeiras linhas

* Centro de Literatura Portuguesa (C.L.P.) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

do artigo, que “por teoria entendemos um projecto especial em crítica literária: a tentativa de governar interpretações de textos particulares por apelo a uma descrição geral da interpretação.¹” Aquilo a que Knapp e Michaels se referem parece ser uma forma particular de “teoria” em sentido forte, uma espécie de método tendente a fornecer uma hermenêutica abrangente – ou um modelo geral de racionalidade independente de contingências, circunstâncias ou preconceitos. Este programa foi refinado, a partir de Eliot e dos primeiros formalistas, e insere-se num movimento mais geral a que poderíamos chamar, vagamente, de “epistemologia tradicional”.

O debate sobre o estado da teoria não se confina, contudo, à descrição inicial de Knapp e Michaels, uma vez que existem consequências práticas cruciais que seguem fatalmente daquela descrição. A teoria contemporânea tende a assumir por isso, no argumento de “Against Theory”, uma de duas formas: 1) ou, por um lado, a tentativa de vincular os textos a uma metodologia particular – escorada em recomendações probabilísticas e nexos precisos – que (mantendo uma neutralidade contra-intuitiva em relação aos objectos de análise) permitiria a adjudicação de interpretações correctas; 2) ou, por outro, a filiação de toda a interpretação numa forma de entendimento geral que (condicionado pela inabilidade da primeira para sanar conflitos e disputas hermenêuticas) nega a possibilidade de se atingirem interpretações correctas.

A seguir a esta conformação geral do problema, Knapp e Michaels apresentam o seu argumento geral, em que é sua pretensão atacar aquilo que consideram ser o princípio gerador que autoriza a teoria: a saber, o facto de a teoria se basear em fracturas falaciosas (e artificiais) entre elementos que deveriam permanecer – por natureza – inseparáveis. Só deste modo, dizem, se tornam aparentes os problemas a que a teoria procura dar resposta. Estes problemas, que são familiares nos estudos literários, incluem preocupações com a função da intenção do autor, o estatuto da linguagem literária, as possibilidades de significação ou o papel das crenças e dos preconceitos interpretativos, entre outros. Segundo Knapp e Michaels, “o erro sobre o qual toda a teoria crítica repousa tem sido o de imaginar que estes problemas são reais. De facto,

1 Stephen Knapp e Walter Benn Michaels, “Against Theory”, in W. J. T. Mitchell (ed.), *Against Theory – Literary Studies and the New Pragmatism*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984 (p. 11). Todas as traduções do original em Inglês são da responsabilidade do autor.

eles apenas *parecem* reais ... quando os teóricos não conseguem reconhecer a inseparabilidade fundamental dos elementos envolvidos” (Knapp e Michaels, 1984: 12; itálico meu).

Parece haver neste ponto uma desconfiança em relação à dissecação dos elementos constitutivos da interpretação, e isto instaura um duplo movimento no argumento. Tal acontece porque, num sentido embora vago (e apesar das diferenças entre o nível meta-crítico das primeiras observações de “Against Theory” e o nível eminentemente prático da hermenêutica textual), Knapp e Michaels coincidem com os formalistas na defesa de uma forma particular de integridade.² Esta integridade particular, ou princípio da não separação, concorre para suspender, momentaneamente, a distinção filosófica entre *tokens* (instâncias) e *types* (tipos ou categorias) – que sustenta a existência de abstrações gerais categóricas a partir das quais se podem, segundo descrição de certas propriedades, retirar tipos ou exemplos de uma classe geral. Esta ideia, que está na origem do paradoxo fundacional de Russell, é enfaticamente rejeitada por Knapp e Michaels, que assim dotam o seu argumento de uma forma particular – e robusta – de atomismo. Não existe, no argumento de “Against Theory”, aquilo a que vulgarmente se chama “categorias universais” – o ponto é o de que a teoria e a prática são inseparáveis, e que por isso não existe uma posição fundacional a partir da qual se possa proceder a generalizações.

Na terceira parte do artigo, Knapp e Michaels levantam uma questão epistemológica, dentro da qual os seus argumentos vão ser medidos, por contraste, com os de Stanley Fish em *Is There a Text in This Class?* (1980), texto que foi largamente aproveitado por, entre outras, correntes culturalistas. Uma das ideias centrais da sua tese é a de que é a actividade hermenêutica do intérprete, e não qualquer propriedade (ou soma de propriedades) a-referencial que confere robustez ao objecto particular de análise – os textos são, nas suas palavras, “construídos, não encontra-

2 Este balanço entre integridade e disseminação é curiosamente característico de muitos argumentos. No caso do formalismo, ele é particularmente notório na dificuldade que o movimento tem, por exemplo, em conciliar a ideia de um sentido auto-télico e auto-remissivo para os textos literários com o famoso argumento da “platicidade textual” (que impede em princípio a fixação trans-histórica do sentido dos mesmos textos); ou, ainda, a ideia de poemas como “urnas” (parafraseando Brooks) com a necessidade de isolar os seus componentes distintivos. O importante neste ponto não é chamar a atenção para estas incoerências – apenas referir que Knapp e Michaels, que não são seguramente formalistas, convergem com estes na defesa de uma certa ideia de integridade.

dos”. Esta construção, segundo Fish, é operativamente constituída por aquilo a que ele se refere como o conjunto de crenças, remissível para o intérprete, que impende de modo compulsivo sobre o objecto.

Knapp e Michaels alinham com Fish (e com Gadamer) nesta noção de que, resumidamente, é impossível ao sujeito interpretativo circundar os preconceitos, projecções e expectativas que fazem parte não só da sua rede de crenças como da sua construção hermenêutica. Existe, pois, uma admitida concordância de princípio entre os dois primeiros e o segundo – é impossível fazer escorar o conhecimento em categorias gerais independentes ou em propriedades independentes de sujeitos. Mais: a tese de Fish (ou a leitura que Knapp e Michaels dela fazem) parece insinuar que este deslocamento do *locus* do conhecimento – de uma ficção arquimediana para a natureza do sujeito – não tem consequências práticas para a tarefa trivial de aquisição de crenças. Segundo Knapp e Michaels, “[a] virtude da descrição de Fish é que ela mostra por que a insistência na inescapabilidade da crença não é de modo nenhum inimiga das vulgares noções de verdade e falsidade implícitas na nossa noção daquilo que é o conhecimento” (Knapp e Michaels, 1984: 26). O ataque de Fish ao “método” da teoria começa então por se dirigir ao modo pelo qual conjuntos de crenças são adquiridos: tipicamente, passamos a acreditar em determinadas coisas sem que isso implique uma posição sobre o próprio modo de aquisição.

Este argumento encontra-se, *prima facie*, sujeito a acusações putativas de solipsismo. Com efeito, e se o funcionamento da interpretação reverte de modo operativo para o conjunto de crenças específico do agente dessa interpretação, isto só pode significar uma de duas coisas: ou a interpretação se auto-exime de apresentar justificações para as descrições e juízos que faz ou, por outro lado, incorre num processo de auto-referência perene e interminável – uma vez que se liga inexoravelmente a uma ou mais crenças do intérprete. A fim de evitar esta remissividade introversiva, Fish introduz o famoso conceito de “comunidade interpretativa” – tributária de uma noção de Habermas, a propósito de tradução, segundo a qual existe sempre, em processos de aquisição proposicional de conhecimento, um mínimo residual de comensurabilidade prévia que permite a inter-partilhabilidade das relações de comunicação.

“Comunidades interpretativas” são, então, grupos de pessoas historicamente determinados e sob influência de uma contingência contextual,

que partilham o acesso a, e o manuseamento de, um conjunto comum de crenças que enforma todos os actos interpretativos particulares. A incisão desta base de acordo relativamente alargada, embora paroquial e restringida a um tempo histórico limitado, permite a Fish evitar a acusação de solipsismo e a sombra do ciclo vicioso auto-referente “interpretação = crença”. O problema (para Knapp e Michaels) surge numa fase avançada do argumento geral, em que Fish inflaciona o expediente da historicidade de modo a acomodar um argumento de natureza incremental ou cumulativa – que contraria o sentido evolutivo (de superação da anterioridade) tradicionalmente aceite em interpretação. Knapp e Michaels fazem sentir de modo enfático o seu desconforto quanto à posição de Fish, e afirmam que “o novo modelo de Fish permite-nos «olhar para aquelas performances [que são, no argumento de Fish, as interpretações à luz do “modelo antigo” – ou do método fundacionalista –, e que aquele filia em Sidney, Dryden, Pope, Arnold e Coleridge] não como tentativas mal sucedidas para se igualarem às nossas, mas como extensões de uma cultura literária cujas premissas são *não inferiores mas meramente diferentes.*»” (Knapp e Michaels, 1984: 27; itálicos dos autores sobre uma citação de Fish).

O que Fish parece dizer é então que, uma vez que a interpretação depende de um “conjunto de crenças” que para o sujeito (e respectiva idiosincrasia histórica e cultural) estão certas – sendo por isso verdadeiras –, todas as interpretações particulares são mutuamente exclusivas. Sendo discordantes, eliminam-se, o que transporta o problema para o domínio da demonstração – com a reserva óbvia de que, dentro de uma comunidade interpretativa com crenças vagamente parecidas, este processo possa ser talvez menos antagónico. Neste sentido, a minha interpretação de hoje elimina a de ontem, e neste sentido também, a hermenêutica atomiza-se constitutivamente sem esperança de progressão ou sequer de regressão. Deste ponto de vista, pois, questões de adjudicação e de valor nem sequer se colocam.

Em resumo, o argumento de Fish segundo o qual esquemas conceptuais diferentes, de diferentes épocas, não são melhores ou piores do que os nossos, mas meramente diferentes, é inaceitável para Knapp e Michaels. Ele parece ajudar a explicar por que, no interior de uma comunidade culturalmente condicionada e que partilha os mesmos códigos, as interpretações particulares se acomodam umas às outras de modo pacífico.

Não ajuda, no entanto, a explicar a intratável incomensurabilidade histórica entre esquemas distintos – se blocos teóricos definidos não são melhores nem piores mas apenas diferentes, tal só pode querer dizer que a interpretação não é evolutiva; apenas se pode, vagamente, comparar. A uma pequena escala, esta discordância de Knapp e Michaels com Fish parece muito uma querela entre uma versão pragmática e uma versão culturalista dos estudos literários.

O movimento dos argumentos de Knapp e Michaels é semelhante, em relação a esta questão epistemológica (a diferença entre “crença” e “crença verdadeira”), ao que já havia sido conseguido, em fase anterior do artigo, quanto à questão do sentido e da intenção: uma vez que a separação dos dois elementos envolvidos é pernicioso, só restam duas soluções, ambas negativas. Ou, por um lado, se defende uma hipótese alargada do problema que leva, no limite, à sua dissolução (a tese de Fish da separação entre crença e conhecimento); ou, por outro, se remete para um atomismo tão robusto cuja rigidez não permite avanços. Em qualquer dos casos, segundo Knapp e Michaels, “a teoria perde”. Adena Rosmarin desconfia sistematicamente deste tipo de argumento, e suspeita que “Knapp e Michaels estão errados ... quando vêem este modo de fazer teoria como mais do que um modo. É *simplesmente o nosso modo*, e assim veio a parecer-se com a coisa em si.”³

Deixemos em suspenso, por agora, este argumento de Rosmarin e voltemos, por um momento, a Fish – e a algumas das implicações cruciais da sua tese. Desde logo, à de que a interpretação se funda numa espécie de hermenêutica local ou paroquial e na inerente aplicação contextual de um princípio de não-contradição –, e muito menos numa hermenêutica geral de aplicação indiscriminada. A ideia – análoga à de Knapp e Michaels – é a de que não existe uma posição “fora das crenças”, e por isso que o conhecimento envolve crenças e vice-versa. Nenhum sujeito se pode colocar fora da sua rede de crenças, numa posição de neutralidade que lhe permitisse, ao mesmo tempo, avaliar os seus próprios processos de aquisição de conhecimento – deste ponto de vista, conhecimento e crença, ou dizer “eu sei que” e “eu acredito que” são operações inseparáveis.

Tal como “sentido” e “intenção”, “linguagem” e “actos de fala”, “teoria” e “prática”, “conhecimento” e “crença” são noções constitutivamente

3 Em “The theory of «Against Theory»”, in *Against Theory* (pp. 80 – 88).

amalgamadas, as três primeiras para Knapp e Michaels, e as últimas para estes e Fish. O logro da teoria, para estes autores, é o de advogar posições hermenêuticas que excedem essa condição de inseparabilidade – a “teoria” para Knapp e Michaels e as “performances” do modelo antigo para Fish são modos de defender um posicionamento neutral, que sobrevive à custa de cisões artificiais entre construções cuja natureza, para eles, é indissociável. “Teorias gerais da interpretação”, “métodos” e outros conceitos afins são, em última análise, o objecto de estudo da teoria e aquilo que a torna inexequível. Mas como Adena Rosmarin correctamente intui (e como Davidson talvez pudesse ter dito), não há realmente *outra* maneira de fazer as coisas – na melhor das hipóteses, temos *um* mundo, *uma* linguagem e *um* modo de descrevermos coisas e de nos fazermos entender por outros. No limite, o que Knapp e Michaels estão a fazer é investir sobre a teoria uma forma particular de holismo monolítico.

Fish acredita que ter crenças significa estar-se comprometido com a verdade e falsidade daquilo em que se acredita, sendo para ele pacífico que o reconhecimento das nossas crenças particulares não nos ajuda a procurar, identificar ou adquirir crenças verdadeiras – do que se segue que a teoria não tem utilidade prática. O ponto é o de que não atingimos crenças verdadeiras recorrendo a uma forma geral de conhecimento (uma espécie de “big brother” a cujas recomendações teríamos que obedecer) – aliás, e trivialmente, muitas das nossas crenças já existiam antes que a elas nos conformássemos (a terra, por exemplo, já é redonda há muito tempo). A heresia teórica consiste, neste ponto como noutros, na separação de duas instâncias constitutivamente indissociáveis.

O ponto de que não chegamos a crenças verdadeiras apelando a um modo geral de conhecer (que é o mesmo que dizer que sabemos que a terra é redonda sem realmente perguntarmos “como é que isso se sabe?”) – que é comum a Knapp e Michaels e a Fish, vai levar os primeiros a concluir, contra o segundo, que o enunciado “crenças verdadeiras” é, no limite, redundante. Isto acontece porque, no argumento de Fish, o tribunal de adjudicação de uma crença como crença verdadeira é a comunidade – uma espécie de paroquialismo republicano em que a terra só é redonda para mim se (por hipótese), 80% dos habitantes da minha aldeia acreditarem que a terra é redonda, o que é inaceitável para Knapp e Michaels. Para estes, Fish faz exactamente o mesmo que todos os outros fazem: defender uma supra-instância de adjudicação de

crenças, que não é no seu caso uma entidade abstracta, mas antes um acordo cultural idiossincrático. Do mesmo modo, a noção de “crenças falsas” é insustentável, uma vez que as crenças são, aparentemente verdadeiras de um ponto de vista lógico – na medida em que aquilo em que acredito é verdadeiro e aquilo que outrem acredita contra mim é falso –, e que depende exclusivamente do proponente. Não há, deste ponto de vista, a possibilidade de arbitrar de modo racional a adjudicação de interpretações.

É este argumento que leva Knapp e Michaels, no auge do seu atomismo, a rejeitarem o conhecimento e a teoria (ou, dito de outro modo, as versões tradicionais e a solução auto-remissiva de Fish). Para Knapp e Michaels, a incisão de uma comunidade interpretativa cujo conjunto de crenças é comum, parcialmente identificado e comensurável em contexto epistemológico e de comunicação – como garante da racionalidade e de um modo de estabelecer juízos –, não é solução. E isto porque aqueles questionam o idealismo de Fish, de forma aliás contundente, acusando-o de engrossar tacitamente o elenco de “pseudo-problemas” com que a teoria tem de se haver. A existência de um espaço independente das crenças, que permita uma sanção razoável das minhas crenças e das crenças de outros como sendo diferentes, torna reféns os argumentos de Fish. E por isso Knapp e Michaels arrumam a questão da seguinte forma: “Logo que um teórico alcance este ponto de vista do conhecimento, há dois modos epistemológicos a seguir: realismo e idealismo. Um realista acredita que a teoria nos permite colocarmo-nos fora das nossas crenças num encontro neutral com objectos de interpretação; um idealista pensa que a teoria nos permite colocarmo-nos fora das nossas crenças num encontro neutral com as nossas próprias crenças” (Knapp e Michaels, 1984: 27). Ou seja, no argumento de “Against Theory”, os praticantes do modelo antigo são realistas e Fish é, no fim de contas, um idealista.

A percepção de uma forma particular de exterioridade, que Knapp e Michaels fazem seguir da descrição fishiana dos sistemas de crenças, contraria a constitutividade defendida até ao limite por aqueles. Mais: tal perspectiva é, em princípio, inatingível, uma vez que não podemos, em nenhum momento, colocar-nos fora do nosso próprio “sistema de crenças”. Tudo se resume, ao que parece, à consideração de uma posição relativa face àquilo em que acreditamos, ou a uma forma de solipsismo epistemológico que Fish tanto se esforçou por contornar. No entanto,

tanto a não-sequencialidade (auto-consciente) do argumento geral de “Against Theory” como o seu ataque à posições de Fish podem, de um certo ponto de vista, ser descritos como desproporcionais. Isto acontece sobretudo porque não é fácil, de todo, justificar um fim cataclísmico para a teoria – e daí que, para conectar as premissas com as conclusões, Knapp e Michaels precisem muito de flexibilizar certas descrições a um ponto extremo.

Este modo argumentativo é particularmente visível, por exemplo, na leitura que Knapp e Michaels fazem do sistema de crenças descrito por Fish. Porque, a definição de crença que este propõe – e que Knapp e Michaels adoptam parcialmente –, “boa descrição daquilo que são as crenças”, permite pelo menos uma possibilidade de suspeitar que existam “crenças verdadeiras”: ou seja, há descrições boas e más, e isto em princípio cauciona juízos que estão aptos a construir sistemas de crenças como verdadeiros ou falsos. A ideia é, no limite, a de que pessoas que descrevem bem estão mais habilitadas a identificar com acuidade os sistemas de crenças verdadeiros – o que quer dizer que, contra todas as boas descrições, podem afinal existir crenças falsas. O enunciado “crenças verdadeiras” é, para Knapp e Michaels (e como se viu) redundante, uma vez que não há posição de adjudicação fora do sistema: aquilo em que eu acredito é sempre verdadeiro. Ora, é justamente mediante esta forma de nominalismo radical, em que as minhas crenças são sempre verdadeiras e o enunciado “crenças verdadeiras” redundante, que se cria aquilo que parece ser um impasse constitutivo.

Uma vez que a descrição fishiana de crença depende circularmente de descrições, e que descrições (“accounts”, no original) implicam de modo necessário possibilidades de erro e falsificabilidade, isto pode querer dizer que, em última análise, o enunciado “crenças falsas” é possível – e que atribuições de verdade e falsidade das crenças são operativas. O que Fish procura fazer é, no fundo, tentar resolver de modo anacrónico a desproporção empírica que existe, em certos casos particulares, entre as nossas crenças gerais (e.g. que a terra é redonda) e as nossas crenças particulares (e.g. que o sujeito *a*, que eu considero antipático, é considerado por *b*, que faz parte da minha comunidade, como simpático). Só neste contexto é que a tese de Fish faz sentido, e o que Knapp e Michaels se recusam a perceber é o modo heteróclito (e dinâmico) através do qual estas questões são tipicamente resolvidas.

Knapp e Michaels defendem a impossibilidade constitutiva de adjudicação racional da verdade ou inverdade das crenças – lançando a interpretação numa espécie de solipsismo colectivo. No entanto, do argumento geral de Fish não segue necessariamente a mútua exclusividade entre crenças gerais e particulares – ou entre “conhecimento” e “crença”, na leitura de Knapp e Michaels. Testemunha-se, apenas, a precedência trivial, epistemológica e temporal de um conjunto de “crenças em geral” do qual não podemos fugir – coisas como “a terra é redonda” ou “muitas janelas são feitas de vidro” ou “o sol brilha”.

Esta presunção de anterioridade indicia o tal mínimo quantificável de identificação parcial e contingente das crenças e expectativas – que garantiria uma comensurabilidade prévia para todas as crenças particulares (um mecanismo constitutivo de qualquer comunidade interpretativa). Deste modo, existiriam sempre formas de sancionar racionalmente as crenças e, por inerência, juízos, críticas e interpretações. Em última instância, o argumento da inescapabilidade a um conjunto de crenças gerais alarga o escopo da interpretação, mostrando que, no fim de contas, fazemos sempre pequenas coisas nossas em cima de grandes coisas que já cá estavam antes de nós e que constituem o espaço racional em que nos movemos. A ideia é a de que existe um espaço alargado e público de discussão racional, dentro do qual crenças verdadeiras e crenças falsas são por natureza identificáveis. Trata-se de um argumento que, para Knapp e Michaels, é inaceitável: para eles, separar “crença” de “crença verdadeira” supõe reverter para instâncias que excedem o indivíduo que interpreta. Como no seu argumento não existe a mais pequena possibilidade de uma instância particular de sanção (seja ela de que natureza for), aquilo em que eu acredito é verdadeiro contra aquilo em que alguém acredita contra mim – e que é, naturalmente, falso.

As conclusões de Knapp e Michaels, escoradas no tal movimento recorrente de junção estipulativa de coisas que, aparentemente, se encontram cindidas pelo aparato teórico, parecem exageradas. A suposição (radical) é, claro, a de um conjunto de crenças irreduzível e incorrigível, o que resulta, pelo menos na prática, improvável. Deste modo, como seria possível mudarmos de opinião? O argumento negativo de “Against Theory” é, como se percebe, poroso, e não hermeticamente blindado como pretendem Knapp e Michaels. Ao seu solipsismo extremo responderá, creio, um argumento positivo segundo o qual é impossível dissociar a crítica de um

contexto particular, dado que a prática hermenêutica (como toda a actividade racional) só faz sentido no interior de uma base comum de comunicabilidade e discussão cuja dimensão contrastiva é crucial. Assim, talvez não exista uma “teoria” concebida de modo geral, mas vários modos de fazer teoria – sucessivas historicamente, relativas a uma tribo que contém em si mesma uma rede alargada de consensos e um mínimo comensurável de identificação, e inscritas num modo racional expandido. Como Adena Rosmarin bem intui, não há realmente outro modo de fazer as coisas.

Neste universo racional, são muitas vezes necessárias ficções ou abstrações teóricas – das quais nos servimos para o estabelecimento dos critérios que nos permitam julgar e determinar a verdade ou inverdade das crenças. Essas ficções não são, obviamente, imunes à dinâmica da história e universalmente válidas, nem têm aplicação geral indiscriminada. Trata-se, no fundo, de recorrer a teorias (ferramentas contextuais) que possam ajudar-nos a ultrapassar dificuldades empíricas e epistemológicas, sem a pretensão de erigir dogmas universalistas – as distinções que Knapp e Michaels abominam são, para todos os efeitos práticos, expedientes racionais que valem em certos sítios e não noutros, e que são operativos em certos períodos e não noutros. Para além disso, e para funcionarem, essas teorias têm que observar uma cedência consentida da atribuição prévia, uma vez que as nossas opiniões se medem, tipicamente, com (ou contra) opiniões de terceiros formadas anteriormente.

A chamada “alta teoria”, como descrita pela epistemologia tradicional (e/ou cartesiana, para alguns efeitos), parece estar hoje profundamente em desuso – e neste ponto Knapp e Michaels estão rigorosamente certos. Mas disto não segue fatalmente que a solução seja a dispersão culturalista de Fish ou o atomismo radical inconsequente de “Against Theory.”⁴ A teoria foi, quase sempre, uma “tentativa de governar interpretações de textos particulares por apelo a uma descrição geral da interpretação”. Mas se agora já não o é, ou não o é em tão grande escala, tal não significa necessariamente que ela tenha de perder. Pode, pelos seus próprios argumentos, empatar com golos fora de casa numa eliminação importante.

4 Para um resumo das posições de Fish, cf. o seu *Is There a Text in This Class? – The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980; e ainda Reed Way Dasenbrock, “Do We Write the Text We Read?”, in Dasenbrock, *Literary Theory After Davidson*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1993.